



Questões Frequentes

Têm surgido diversas questões quanto à sinalética relativa ao CCTV (Circuitos Fechados de Televisão).

Todos os estabelecimentos e edifícios que disponham de meios de videovigilância são obrigados a cumprir diversos procedimentos legais relativos à captura e tratamento de imagens, avisos legais e simbologia/sinalética adequada.

Assim sendo, vamos tentar esclarecer algumas questões relativas às ultimas alterações legais.

Enquadramento Legal:

- Lei 34/2013 de 16 de Maio
- Portaria 273/2013 de 20 de Agosto
- Decreto-Lei 135/2014 de 8 de Setembro
- Lei 52/2013 de 25 de Julho

☞ segurança e proteção civil é uma missão sua, nossa e de todos!





Questões Frequentes

Conforme o artigo 31.º da Lei n.º 34/2013, de 16 de maio e estabelecido pela Portaria n.º 273/2013 de 20 de agosto estes são os avisos legais e simbologia correta.



Nos locais onde existam câmaras de vídeo é obrigatória a afixação, em locais bem visíveis (em cada acesso aos locais), informação sobre:

- a) A existência e localização das câmaras de vídeo;
- b) A menção "Para sua proteção, este local é objeto de videovigilância" ;
- c) A entidade de segurança privada autorizada a operar o sistema(nome e alvará ou licença);
- d) O responsável pelo tratamento dos dados;

NOTA: se a sinalética não permitir a inscrição da localização das câmaras de vídeo, a informação deve ser colocada junto à placa; A localização poderá ser dada de forma não exata conforme esclarecido no link abaixo;

Mais esclarecimentos em:

<http://www.psp.pt/Pages/segurancaprivada/QuestoesFrequentes.aspx>

(Excluem-se estabelecimentos de restauração e bebidas, que disponham de espaços ou salas destinados a dança ou onde habitualmente se dance;)

A segurança e proteção civil é uma missão sua, nossa e de todos!





Questões Frequentes

Conforme o artigo 5º. Do Decreto-Lei 135/2014 de 8 de Setembro estes são os avisos legais e simbologia correta para os estabelecimentos de restauração e bebidas, que disponham de espaços ou salas destinados a dança ou onde habitualmente se dance.



Passa a ser obrigatória a afixação na entrada dos estabelecimentos, em local bem visível, de um aviso da existência de sistema de videovigilância com informação sobre:

- a) A menção "Para sua proteção, este local é objeto de videovigilância" ;
- b) A entidade de segurança privada autorizada a operar o sistema, pela menção do nome e alvará ou licença, se aplicável.

Mais esclarecimentos em:

<http://www.psp.pt/Pages/segurancaprivada/QuestoesFrequentes.aspx>

☞ segurança e proteção civil é uma missão sua, nossa e de todos!





Questões Frequentes

Conforme o artigo 18º da Lei 52/2013 de 25 de Julho os **recintos desportivos de natureza profissional ou não, considerados de risco elevado**, devem estar equipados com um sistema de videovigilância que permita o controlo visual de todo o recinto, e respetivo anel ou perímetro de segurança, sendo obrigatório:



**Para sua proteção, este local
é objeto de videovigilância
com captação e gravação de
imagem e som.**

**For your protection, this area
is covered by CCTV with
image and voice recording.**

Artº 18 da Lei nº 52/2013 de 25 de julho

- a) Nos lugares objeto de videovigilância, a afixação, em local bem visível, de um aviso que verse “Para sua proteção, este local é objeto de videovigilância com captação e gravação de imagem e som” ;
- b) O aviso deve, igualmente, ser acompanhado de simbologia adequada e estar traduzido em, pelo menos, uma língua estrangeira, escolhida de entre as línguas oficiais do organismo internacional que regula a modalidade.

Mais esclarecimentos em:

<http://www.psp.pt/Pages/segurancaprivada/QuestoesFrequentes.aspx>

☞ segurança e proteção civil é uma missão sua, nossa e de todos!

